

Caro subscrittor

Para responder às crescentes necessidades em matéria noticiosa e informativa dos nossos eleitores, redesenhámos o nosso **website**, que está agora activo e mais atractivo. Leia tudo sobre o país e o mundo no <http://www.savana.co.mz>

mediaFAX

Maputo, Segunda-feira, 14.10.24 *Nº8186



Anuncie a sua marca, produto e serviços, na SAVANA FM. Proporcionamos para si pacotes promocionais, contacte-nos através de: 84 1440048, 82 8944278 ou ainda através do e-mail: radiosavana100.2@mediacoop.co.mz
SAVANA 100.2 FM

De segunda a sexta, um diário no seu fax ou e-mail * Propriedade e edição: *mediacoop SA*

* Editor: Fernando Mbanze * Sede: Av. Amílcar Cabral, nº.1049 - C.P. 73 * Maputo-Moçambique

Telfs: 21301737/327631 ou 823171100, 843171100 *Fax:21302402 * E-mail: mediafax@mediacoop.co.mz *INTERNET: www.savana.co.mz

Delegação na Beira: Prédio Aruângua, nº. 32 - Apartamento A - 1º. Andar *Telef. & Fax 23327957 * C.Postal 15

Assinaturas mensais - Ordinária: 20 USD* Institucional: 35 USD* Embaixadas e ONG's estrangeira: 50 USD - Outras moedas ao câmbio do dia

Recomendações dadas em 2019 para garantir transparência e credibilidade

UE lamenta incumprimento dos órgãos eleitorais

(Maputo) A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (UE) não está satisfeita com a forma como os órgãos eleitorais, nomeadamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) têm estado a trabalhar no âmbito da busca de formas e procedimentos que possam garantir transparência e credibilidade aos processos eleitorais em Moçambique.

Com efeito, falando na sexta-feira, na cidade de Maputo, numa avaliação preliminar ao processo eleitoral em curso, a Missão de Observação Eleitoral reconheceu que a questão da transparência tem, igualmente, a ver com a necessidade de se assegurar a implementação das recomendações dadas no passado. E estas, pura e simplesmente foram ignoradas e



os problemas levantados e descritos em 2019 voltaram a marcar o actual processo, reduzindo assim, os níveis de transparência e credibilidade.

“(…) Mas, sobre as recomendações de 2019, também dizer que, lamentavelmente, nenhuma destas recomendações entregues foi imple-

mentada até à data, o que na nossa opinião não contribuiu para reforçar a credibilidade e a transparência do actual processo eleitoral”, disse Hélder Sousa Silva, representante da Delegação do Parlamento Europeu.

Hélder Sousa Silva falava durante a conferência de imprensa

INBR3

Base de dados dos Estatutos de empresas, publicados no Boletim da República, II Série, a partir de 25 de Junho de 1975

Pandora Box, Lda
helpdesk@pandorabox.co.mz

+258 848997399 - +258 823146330

INBR1

Base de dados dos Diplomas Legais publicados no Boletim da República, I Série, a partir de 25 de Junho de 1975

ILIMITADO
300 + GIGAS

Activa já
*123# Opção 3

CHAMADAS ilimitadas para todas as redes
SMS ilimitadas
10GB

Válido por 15 dias

tmcel
Aertemoe Jambão

4G

Termos e condições aplicáveis

Publicidade

CONVOCADOS



**A PROTEGER
O AMBIENTE**
Transforma em saldo
os equipamentos TVCABO
que não utilizas.

tvcabo
AMBIENTE

Sempre ligados.
21 480 550 | 82 4800
84 4800 | 550 na rede TVCABO
apolo@tvcabo.co.mz
www.tvcabo.mz

Publicidade

realizada no âmbito da declaração preliminar sobre o processo eleitoral observado desde a data da sua chegada em Moçambique, dia 03 de Setembro, até o dia da votação, na última quarta-feira, dia 09 de Outubro.

Aquele dirigente da UE acrescentou que “as recomendações da UE são exclusivamente recomendações para um governo de Estado soberano que as acatará e as implementará assim que as entender convenientes”.

Apesar do entendimento sobre o respeito à soberania das nações, a UE reitera que a observância das recomendações poderia sinalizar o compromisso e aceitação das instituições moçambicanas ao uso e seguimento de padrões de credibilidade e transparência eleitoral seguidos globalmente.

Depois do processo eleitoral de 2019, que reconduziu Filipe Nyusi e a Frelimo a mais um mandato de cinco anos, a Missão de Observação da UE deixou um relatório de avaliação com um total de 20 recomendações.

Destas, o destaque vai para a necessidade de colocar em quarentena todos os casos suspeitos de ilícitos, incluindo enchementos, até que os casos sejam juridicamente encerrados, incluindo auditorias internas; a adopção de práticas que garantam actuação imparcial das forças da lei e ordem, incluindo a responsabilização destes

em casos de actuação fora da lei; a necessidade de se evitar alterações legislativas à porta das eleições; a necessidade de ampliar o campo de análise da validade de voto, tendo em conta a intenção do eleitor, e ainda o aumento da transparência e a confiança no processo eleitoral através da publicação de cópias originais dos resultados das mesas de assembleia de voto na página de Internet da CNE, para consulta pública.

Nessa altura, a UE recomendou ainda que se realizasse uma auditoria independente aos dados provisórios do recenseamento eleitoral e dos dados

finais, assegurar a implementação de proibições no uso de bens públicos para assegurar que não se abuse da posição para tirar vantagem em relação aos outros concorrentes, e ainda a premente necessidade de assegurar que todos os delegados partidários e observadores sejam antecipadamente credenciados para participar no processo eleitoral.

Em relação à avaliação do actual processo, a UE elogia o decurso ordeiro da votação, mas não deixou de mostrar preocupação em relação ao que considera “contexto de desconfiança pública, e credibilidade do processo eleitoral afectada”.(Redacção)

Reacções em torno de resultados eleitorais

MDM e PODEMOS falam hoje... Ossufo continua na toca

(Maputo) Depois da hecatombe dos resultados eleitorais de 9 de Outubro, o presidente e candidato presidencial da Renamo, Ossufo Momade, continua escondido na sua toca. Todos descrevem a actual situação de Ossufo Momade como extremamente difícil,

particularmente elo facto de, desde à primeira hora, ter ficado claro que a Renamo teria os seus piores resultados de sempre caso insistisse na figura do seu presidente para candidato presidencial.

E no seio da Renamo, em surdina e publicamente, várias vozes já estão

Principais Câmbios MZN em 14 de Outubro de 2024		
Moeda	Compra	Venda
ZAR/MT	3,62	3,69
USD/MT	63,25	64,51
GBP/MT	82,63	84,28
EUR/MT	69,14	70,52

Fonte:



Nota: Cotações válidas apenas para montantes inferiores ao contravalor de 5.000 USD (cinco mil dólares americanos)

Actividade do Mercado - BVM

Estatísticas do final do dia 11 de Outubro de 2024

Ofertas de Venda	Preço (MT)	CMH -	3.900,00
Obrigações		HCB -	2,00
		TROPICALIA, S.A	92,00
		-----	-----
Fundos Públicos		Papel Comercial	
Acções	Preço (MT)	Mercado de acções	
CDM -	40,00	Acções	Último Preço
CMH -	4.000,00	CDM -	40,00
EMOSE -	15,00	CMH -	4.000,00
HCB -	2,80	EMOSE -	14,00
TROPICALIA, S.A	100,00	ZERO INVESTIMENTOS, S.A	20,00
Acções		TOUCH-Touch Publicidade, S.A	150,00
Papel Comercial		ARCO-Arco Investimentos, S.A	100,00
Ofertas de Compra		HCB -	2,50
Valores Mobiliários	Preço (MT)	ARCO SEGUROS -	1.125,00
Obrigações		REVIMO -	-----
		2BUSINESS - 2BUSINESS, S.A	1,00
		PAYTECH, S.A	2,00
Obrigações do Tesouro 2024-10ª Série 100,00		TROPICALIA - TROPICALIA, S.A	100,00
Fundos Públicos			
Acções			
CDM -	37,00		
EMOSE -	14,00		

a ser ouvidas exigindo a cabeça da liderança.

Diante da pressão, na tarde da sexta-feira, a Renamo anunciou que o seu presidente reagiria aos resultados eleitorais na tarde de sábado, mas, cerca de uma hora antes da hora prevista, a comunicação social recebeu uma nova nota, cancelando a comunicação de Ossufo Momade, o que mereceu muitas críticas de jornalistas, pois, alguns já estavam posicionados no gabinete deste.

Entretanto, outro partido, que deverá sair como o grande derrotado

da votação de 9 de Outubro corrente, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), deve pronunciar-se, nesta manhã, através do seu presidente e candidato presidencial, Lutero Simango.

Já o Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), que ao fim do exercício aritmético em curso, deverá confirmar-se como um dos grandes vencedores, marcou uma conferência de imprensa, igualmente, para a manhã desta segunda-feira, na cidade de Maputo. Vai falar o respectivo presidente, Albino Forquilha. (Redacção)

editorial

Parar a subalternização do Estado

(Maputo) Os circunstancialismos que marcaram a votação e as acções seguintes de apuramento dos resultados eleitorais continuam a revelar a prevalência de algo que muito preocupa os que cultivam o seguimento e cumprimento de normas, próprias de um Estado de direito. Referimo-nos a uma realidade constante e progressiva de definhamento e subalternização do Estado, perante o poderio de pessoas que, dependendo das conveniências do momento, fazem elas mesmas as suas próprias leis, dão-nas como certas e montam uma estrutura para que tais normas sejam implementadas tal e qual.

Esta é a realidade que se observou e continua a observar-se no âmbito do processo eleitoral em curso. Há pessoas que demonstraram de forma clara, directa e inequívoca, que não estão dispostas a cumprir a lei que todos conhecem. Estão, isso sim, para ditar as suas próprias leis e fazer passar as suas agendas. E fazem-no tranquilos, talvez porque estão convictos que a coluna de protecção começa da base e vai até ao topo.

Os exemplos dessa realidade são tantos. Mesmo que uns as considerem irrelevantes e insignificantes, as diversas metamorfoses demonstradas pelos presidentes das assembleias de voto, estes que mesmo advindo de um suposto concurso público, são indicados pelo partido governamental, a Frel-

mo, são substancial e potencialmente determinantes para definir o sentido de voto na aritmética final.

Por exemplo, o simples facto de um presidente de mesa, contra a regra devidamente conhecida de um intervalo que não deve exceder 60 minutos, decidir iniciar a contagem de votos seis horas após o encerramento da assembleia de voto, pode ser indiciador de um comportamento muito mais problemático.

Ninguém ainda consegue compreender a razoabilidade de, em pleno processo de contagem de votos e sem qualquer sinal de cansaço, um presidente da mesa decidir interromper a contagem para depois sentar e conversar, ou então, iniciar conversas longas ao telefone. Esta realidade acontece diante da reclamação de delegados, de observadores e, em alguns casos, de jornalistas.

Ninguém consegue compreender as razões que fazem com que, sem causa aparente, um presidente da mesa decida simplesmente escorraçar um delegado de candidatura da mesa, quando a lei exige a presença obrigatória destes no âmbito da busca de maior transparência

e credibilidade ao processo.

Ninguém consegue compreender as razões que fazem com que um presidente de mesa, simplesmente rejeite partilhar os editais com os delegados de candidatura. Não se consegue compreender por que razão, os presidentes das mesas decidem fechar o processo de votação e contagem e carregar urnas sem deixar qualquer edital de resultados.

Não se compreende também como é que uma pessoa que foi flagrada tentado fazer enchimento da urna a favor de determinado partido político, é levado pelas autoridades, julgada, condenada e posteriormente regressa à mesa na qual instantes antes foi flagrada a cometer ilícito eleitoral.

Enfim, há muitos comportamentos anómalos verificados neste e em processos anteriores que, mais uma vez, revelam a caminhada acelerada para uma situação em que o Estado deixa de existir.

Portanto, o Estado está gradual e de forma imparável a ser subalternizado e a não ser tido nem achado, deixando somente pessoas a ditar as suas próprias leis. E diante desta realidade, há quem entende que não há razões para qualquer sentimento de surpresa e espanto, por conta da inexistência objectiva e real da necessária fronteira entre o poder político e o poder do Estado.

Diante desta realidade, continua a ser premente a necessidade de se emancipar o Estado e garantir a este o seu devido lugar, valor, respeito e credibilidade. Sem a concretização deste caminho, então não pode ser justo exigir que os 32 milhões de moçambicanos aguardem, confiem e dêem credibilidade aos resultados que estão a ser anunciados pelos serão anunciados pelos órgãos de gestão eleitoral. O mesmo pedido não deve ser feito quando se chegar à fase da chamada validação e proclamação de resultados, tendo em conta a nulidade das instituições do Estado perante o poder de algumas pessoas ostentam. (x)

REDACTOR®

O JORNAL PREPARADO PARA O LEITOR MAIS EXIGENTE.

RESERVE A SUA SUBSCRIÇÃO ATRAVÉS DO

✉ correiodamanha@tv cabo.co.mz
✉ c/c de redactormz@redacção.com

Publicidade

Embaixadores condenam Israel

Embaixadores de 105 países junto das Nações Unidas em Nova Iorque subscreveram, no dia 10 de Outubro, uma carta manifestando a sua “profunda preocupação” com as recentes declarações do ministro dos negócios estrangeiros de Israel, declarando o Secretário-Geral desta organização, António Guterres, persona non grata.

Ao mesmo que as condenam, os subscritores desta carta, que incluem Moçambique, consideram que tais declarações e outras acções podem minar a capacidade das Nações Unidas de levar a cabo o seu mandato, que inclui a mediação em conflitos e disponibilização de ajuda humanitária.

Entendem, os embaixadores, que as acções de Israel, consubstanciadas nas declarações do seu ministro dos negócios estrangeiros, só podem contribuir para protelar o fim das hostilidades no Médio Oriente, e os esforços para o estabelecimento

de um roteiro que conduza à solução de dois Estados, que permitiria que a Palestina e Israel tivessem uma coexistência pacífica.

“Em momentos de elevada tensão, o papel do Secretário-Geral é essencial para a promoção do diálogo e da compreensão entre partes em conflito”, diz a carta, enquanto reafirma o apoio e confiança dos países membros em Guterres e no seu trabalho.

“Estamos confiantes quanto

ao seu compromisso para com a paz e segurança, e alinhamento com o Direito Internacional, incluindo na promoção do respeito pelo direito internacional humanitário e as relevantes resoluções das Nações Unidas sobre a situação no Médio Oriente”, diz a carta, reiterando um apelo a todos os membros a respeitarem a liderança e a missão da organização.

Acrescentam, os embaixadores, que “o envolvimento construtivo com as Nações Unidas é vital para “a ultrapassagem dos desafios que enfrentamos e o alcance de um futuro de paz”.(Redacção)



HEINEKEN lança “Moçambique quer Txilar”

O Grupo HEINEKEN continua a conquistar os corações e paladares dos moçambicanos desde a introdução da cerveja Txilar, em janeiro de 2019. Com uma receita cuidadosamente desenvolvida para agradar ao gosto local, utilizando ingredientes de alta qualidade, Txilar rapidamente se destacou nos bares e nas barracas de todo o país, ganhando medalhas de ouro pela excelência do produto.

A marca, que tem evoluído com o tempo, surpreendeu os consumidores ao lançar inovações como a Txilar Suave em 2020, a primeira edição limitada da marca, e, em 2022, a Txilar Black. Agora, em 2024, Txilar dá um novo passo no seu caminho de inovação e proximidade com o público, revelando uma nova identidade visual.

“Moçambique quer Txilar” é o mote da nova campanha de verão, que acompanha este reposicionamento. Com uma abordagem jovem e dinâmica, a marca reforça sua presença nas principais ativações e eventos desta temporada. Txilar pretende ser a bebida que define o ritmo do verão moçambicano, proporcionando momentos de frescura e celebração em cada gole.



“Estamos entusiasmados com esta nova fase da Txilar. O nosso objetivo é continuar a oferecer um produto que combina qualidade e acessibilidade, sempre inovando e mantendo a conexão com os consumidores moçambicanos”, afirmou Filipa Neves, Diretora de Marketing da HEINEKEN Moçambique.

Com esta mudança, Txilar reafirma o seu compromisso com a qualidade, ao mesmo tempo que se reinventa para permanecer relevante e vibrante no competitivo mercado de cervejas.